

NATALIA SILVA VIEIRA

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E O DESEMPREGO  
NO BRASIL DURANTE A DÉCADA DE 2000.

Monografia apresentada para obtenção parcial do grau de Bacharel em Ciências Econômicas do curso de Ciências Econômicas. Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Mariano Macedo de Matos.

Curitiba  
2012

## TERMO DE APROVAÇÃO

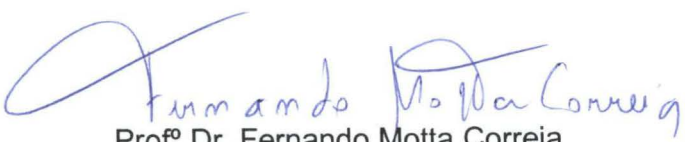
NATALIA SILVA VIEIRA

### INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E O DESEMPREGO NO BRASIL DURANTE A DÉCADA DE 2000.

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.



Orientador: Profº Dr. Mariano Macedo de Matos.  
Departamento de Economia, UFPR.



Profº Dr. Fernando Motta Correia  
Departamento de Economia, UFPR.



Profº Dr. Luiz Alberto Esteves  
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba  
2012.

## RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar a evolução da taxa de desemprego no Brasil durante a década de 2000. O intuito é demonstrar que apesar do desemprego estar decrescendo – chegando ao considerado perto do pleno emprego para alguns economistas – a qualificação da mão de obra não tem acompanhado o nível de exigência dos novos postos de trabalho. Demonstramos que o nível de escolaridade e qualificação profissional apresenta relação direta com o desemprego, e que os investimentos em educação por parte do governo, apresentam-se em políticas insuficientes e ineficientes para o desafio de estruturar o ensino público de qualidade no país.

Palavras-chave: Desemprego, Educação, Investimento em Educação.

## ABSTRACT

The study aims to analyze the evolution of unemployment in Brazil during the decade of 2000. The intention is that despite unemployment being decreases- reacting regarded as close to full employment to some economists- the qualification of the workforce is not accompanied by the level of requirement of new jobs. We demonstrated that the level of education and professional qualification has direct relation to unemployment and that investment in education by the government present in insufficient and ineffective policies for the challenge of designing quality public education in the country.

Keywords: Unemployment, Education, Investment in Education.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEITUAL SOBRE O MERCADO TRABALHO .....</b>	<b>8</b>
2.2 TIPOS DE DESEMPREGO.....	12
2.2.1 DESEMPREGO ESTRUTURAL OU TECNOLÓGICO.....	12
2.2.2 DESEMPREGO FRICCIONAL.....	12
2.2.3 DESEMPREGO CÍCLICO.....	13
2.2.4 DESEMPREGO VOLUNTÁRIO.....	13
2.2.5 DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO.....	13
2.3 MENSURAÇÃO DO DESEMPREGO.....	14
2.3.1 PME.....	14
2.3.2 PNAD.....	16
2.4 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	18
<b>3. INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO .....</b>	<b>24</b>
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO.....	26
3.1.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).....	27
3.1.2 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO.....	29
<b>4. QUALIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>30</b>
4.1 QUALIFICAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	34
4.2 QUALIFICAÇÃO COMO DIREITO E POLÍTICA.....	34
<b>5. CONJUNTURA HISTÓRICA DO SISTEMA S .....</b>	<b>37</b>
5.1 SENAI- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA.....	38
5.2 SESI- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA.....	41
5.3 SENAC- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL.....	43
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>48</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o desemprego no país nos anos 2000 e relacionar o fator nível de escolaridade como uma das possíveis causas para o fenômeno verificado. Desta perspectiva, indica-se que na última década, os postos de trabalho ficaram exigentes quanto à capacidade e conhecimentos técnicos dos trabalhadores. Estes por sua vez, não estão acompanhando as mudanças no mercado de trabalho, e a falta de um sistema educacional e de qualificação profissional pública de qualidade esta defasada e ineficiente.

O conhecimento exigido pelo mercado de trabalho refere-se ao processo de aprendizagem como um todo e é constituído pelo: conhecimento formal adquirido nas instituições de ensino, e do conhecimento tácito ( learning by doing) adquirido nos processos diários e práticos dentro das organizações empresariais, sendo que o somatório destes dois componentes é dificilmente encontrado nos profissionais atuais.

Segundo Poschmann (2008) o cenário do mercado de trabalho atual é decorrente do esgotamento do processo de industrialização nacional, iniciado ainda na década de 1980. Este processo gerou na década de 1990, um movimento de desestruturação do mercado de trabalho, flexibilização da legislação trabalhista e vulnerabilidade de um grande contingente da classe trabalhadora, devido à destruição de postos de trabalho.

Ainda segundo o autor, o mercado de trabalho após a década de 1990 seria menos favorável a empregos formais e haveria um processo de “desassalariamento” da força de trabalho, caracterizando condição de precariedade dos postos de trabalho e o crescimento da população informal. (POSCHMANN,2008).

Para uma melhor compreensão do tema abordado, buscamos as teorias que explicam o desemprego e sua relação com a educação. A Teoria do Capital Humano sugere que a ampliação das habilidades dos indivíduos e da qualidade de seu trabalho apresentam-se como uma modalidade de investimento. Tornar o homem mais eficiente, para que possa gerar maior produtividade. Desta forma, o trabalhador passa ser uma parte do “capital”, uma parte que se integra como recurso humano para a produção.

O papel do Estado também é abordado e seus deveres analisado. As políticas públicas para a qualificação profissional (Plano Nacional de Qualificação, EJA e Programa Brasil Alfabetizado) e o histórico do surgimento das instituições com este propósito –sistema S- são indicadas neste trabalho no quarto capítulo. Ainda neste , discutimos a qualificação profissional em alguns âmbitos como sociologia, política e educacional.

Abordamos as principais metodologias utilizadas no país atualmente para a mensuração e análise regional deste fenômeno social. Indicamos as diferentes tipologias pela qual o desemprego é analisado entre os pesquisadores e estudiosos

Desta forma, o ponto principal deste trabalho é a identificação de gargalos de mão de obra qualificadas (formal e tácita) em alguns setores da economia, pois apesar do nível de desemprego ter decrescido ao longo do período, a qualificação dos trabalhadores continua sendo de poucos anos de estudos.

## 2. ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEITUAL SOBRE O MERCADO TRABALHO

O pensamento clássico na teoria econômica foi desenvolvido na segunda metade do século XVIII e no século XIX, e tem em Adam Smith o seu principal autor. Sua obra intitulada "A Riqueza das Nações" é frequentemente aceita como o marco inaugural do pensamento econômico clássico e seus conceitos sobre o funcionamento do mercado giram em torno da premissa de equilíbrio econômico no longo prazo.

Para explicar sua teoria sobre o valor das mercadorias, Smith inicia analisando uma sociedade primitiva onde não há propriedade privada e trabalho assalariado. Desta forma, o valor dos produtos será a quantidade de horas despendida para sua produção, ou seja, o valor de uma mercadoria será igual ao trabalho efetivamente empregado no processo produtivo.

O autor ainda afirma que não é a quantidade de bens valiosos como prata e ouro que determinam a riqueza de uma nação, mas o trabalho é que dá origem à prosperidade. Em consequência deste pensamento, qualquer modificação que permita melhores resultados nas forças produtivas tornaria a nação mais rica. As principais alterações indicadas em sua obra seria a mecanização dos processos produtivos e a especialização do trabalho. O conjunto destas alterações na economia é a base para a ideia de rendimentos crescentes de escala em determinada nação.

Os clássicos elaboram o conceito de racionalidade econômica, no qual o indivíduo deve satisfazer suas necessidades sem se preocupar com o bem-estar coletivo. Essa busca egoísta e competitiva, no entanto, estaria na origem de todo o bem público porque qualquer intervenção nessas leis naturais do comportamento humano bloquearia o desenvolvimento das forças produtivas. Usando a metáfora econômica de Smith, os homens, conduzidos por uma "mão invisível", acabam promovendo um fim que não era intencional.

Outro pressuposto importante na teoria clássica é de que o mundo econômico é governado fundamentalmente por leis naturais e, se estas agirem livremente, trarão sempre os melhores resultados possíveis. A adoção do pensamento de liberdade no funcionamento da economia é expressa em "*laissez-faire*", ou seja, política econômica sem intervenções.

A macroeconomia clássica partia ainda de dois pressupostos importantes: o de que os preços e salários eram sempre flexíveis e o de que a moeda não era utilizada com fins de entesouramento. Estes dois pressupostos permitiam o desenvolvimento dos dois modelos centrais da macroeconomia clássica: a "lei do mercado" de Say, segundo a qual a oferta cria sua própria procura; a teoria quantitativa da moeda, que, partindo da equação de trocas, concluía que, sendo a velocidade da moeda constante, e dada uma determinada quantidade de moeda, a produção variava em relação inversa e proporcional aos preços.

Além destes dois modelos, para equilibrar a poupança e o investimento, a macroeconomia clássica fazia estas duas variáveis dependerem de taxa de juros, a qual era, por sua vez, determinada pela oferta de poupança e a procura de investimentos. O resultado de todo este processo era o pleno emprego no longo prazo, ou, o que dá no mesmo, a impossibilidade de haver crises de longa duração, indefinidas, de subconsumo ou superprodução. E assim, a conclusão exigida pela filosofia da lei natural ficava assegurada. ( PEREIRA, 1974).

Contrariamente a toda proposição clássica explícita até aqui, surge no século XX, o economista inglês John Maynard Keynes que em sua obra critica duramente a macroeconomia clássica e seus pressupostos de mecanismos auto-ajustáveis, eficiência máxima de produção, maximização da satisfação dos consumidores e dos lucros dos produtores entre outros.

Em sua análise, Keynes demonstra uma teoria macroeconômica dinâmica cujas incógnitas fundamentais são o volume da produção e o nível de emprego em determinada economia. A teoria de emprego esta baseada na procura agregada efetiva ( renda) e esta têm como componente principal o consumo. O nível de consumo irá depender da renda disponível (função consumo) e esta tende a crescer a uma taxa menor que a evolução da renda( propensão marginal a consumir menor que uma unidade). Assim, haveria uma tendência para aumento da propensão média em relação à poupança. O aumento da poupança deve ser compensado pelo investimento pois este é o outro componente básico da procura agregada efetivo.

A taxa de juros, no modelo keynesiano, é determinada pela oferta e pela procura de moeda (não pela oferta e procura de poupança e investimento, respectivamente, como queriam os clássicos). A oferta de dinheiro vai depender dos motivos transacionais e de precaução, que variam em função da renda, e que,

dados os hábitos de pagamento da comunidade, determinam a velocidade-renda constante da moeda, e do motivo especulativo ou desejo de entesouramento.

Desta forma,concluímos que os investimentos não aumentam de forma suficiente para cobrir a crescente taxa de poupança, causada pela propensão marginal a consumir ser menor que uma unidade. Temos uma tendência ao subconsumo , que é agravada pela má distribuição de renda. Resultando um cenário de crise econômica e desequilíbrio no mercado de trabalho. ( PEREIRA, 1974).

Keynes (1973, p. 345) ainda indica que o Estado tem papel fundamental para que a economia alcance o pleno emprego:

“O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros. (...) Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada.”

Em síntese, a abordagem macroeconômica keynesiana é analisada no curto prazo e com as variáveis estáticas. O aumento da produção e do consumo encadeados não trariam consequências sobre o sistema econômico, pois o equilíbrio seria resultado do individualismo competitivo dos preços. No curto prazo, as variáveis econômicas atuantes como deficiência da demanda efetiva, rigidez dos preços e salários e baixa propensão ao investimento, geram taxas de crescimento insuficientes para manter o produto real efetivo no nível de pleno emprego.

No pós- segunda guerra mundial, surge nos Estados Unidos a Teoria do Capital Humano, sendo que a construção prática desta ocorreu nos grupos de estudos coordenados por Theodore Schultz . A Teoria do Capital Humano, que inspirou a concepção e a formulação das políticas educacionais pós-1964, teve seu instrumental originalmente desenvolvido para avaliar a rentabilidade dos gastos empresariais em treinamento profissional.

Esta teoria alega que o nível educacional representa uma taxa de retorno na produtividade, daí, quem tivesse mais educação formal teria um melhor salário. O trabalhador passa a ser integrado como parte do capital, uma parte que se integra como recurso humano para a produção.

A idéia chave dessa teoria é a de que um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, correspondem um acréscimo marginal de capacidade de produção.

Segundo Schultz, o investimento em capital humano é a decisão de usar recursos escassos para melhorar a produtividade, presente ou futura, dos seres humanos, bem como sua renda. (SCHULTZ, 1961, p.17).

No que tange ao ensino o autor atenta para o fato de que é incorreto tratá-lo como despesa de consumo ou redução da poupança, pois ele responde por grande parte do aumento da qualidade da população sendo, portanto, um investimento. O ensino escolar não é algo que se exauri no ato de seu consumo, mas sim a formação de

“um capital produtivo, incorporado [intrinsecamente] aos seres humanos que proporciona futuros serviços. Estes serviços consistem em futuras rendas, futura capacidade de auto-emprego e atividade familiar e futuras satisfações de consumo” (SCHULTZ, 1987. p.47)

A idéia do Capital Humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo a um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e produção

O investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual. A Teoria do Capital Humano prega a ampliação das habilidades dos indivíduos e da qualidade de seu trabalho como uma modalidade de investimento. Tornar o homem mais eficiente, para que possa gerar maior produtividade. Assim, o treinamento, a reciclagem, a especialização, passaram a ser termos comuns no dia-a-dia das pessoas, crenes de que as habilidades adquiridas geram um “estoque” que podem se converter em capital, mediante melhores salários .

## 2.2 TIPOS DE DESEMPREGO

As causas que geram o desemprego para os indivíduos são diversas e para a compreensão destas surgiram algumas tipologias que serão indicadas a seguir.

### 2.2.1 DESEMPREGO ESTRUTURAL OU TECNOLÓGICO

Desemprego que existe em certas regiões e/ou ramos de atividades em consequência de flutuações na demanda , tendo ligação direta com o desenvolvimento tecnológico(ROURA,2003).

Com o aumento da produtividade do trabalho -consequência das revoluções industriais e desenvolvimento da tecnologia- muitos trabalhadores perderam seus postos de trabalhos pois foram substituídos por máquinas e equipamentos . Estes representavam menor custo ao empregador e aumentaram os resultados produtivos que até então precisariam da intervenção humana (SINGER, 1999).

Mudanças nos processos produtivos implicam a utilização de novas tecnologias e a especialização de mão de obra. Entretanto , o trabalhador não consegue especializa-se na mesma velocidade das inovações tecnológicas, pois o processo de conhecimento requer tempo. Por este motivo, muitos trabalhadores acabam sendo deslocados do processo produtivo pois não possuem o conhecimento técnico para desenvolver determinada atividade.

### 2.2.2 DESEMPREGO FRICCIONAL

Segundo Keynes, o desemprego friccional pode ser entendido como a recusa por um posto de trabalho pelo cidadão. O motivo da recusa seria que a utilidade deste trabalho ser menor que o limite mínimo desejado pelo trabalhador. Nas palavras de Keynes(1973, pg.46):

“desemprego em razão de uma temporária desproporção dos recursos especializados, resultante de cálculos errados, da procura

intermitente, de atrasos decorrentes de mudanças imprevistas, ou, ainda, do fato de que a transferência de um emprego para outro não se realiza sem certa demora, de modo que, numa sociedade não estática, sempre existe certa proporção de recursos não empregados”

### 2.2.3 DESEMPREGO CÍCLICO

Ocorre nos períodos de crises econômicas e está ligada a situação conjuntural da economia do país. Apresenta-se como uma demanda por trabalho maior que a oferta momentaneamente, como causa das fases de depressões em uma crise econômica (ROURA,2003).

### 2.2.4 DESEMPREGO VOLUNTÁRIO

De acordo com Jose Serra,os economistas costumam diferenciar o desemprego voluntário do involuntário, sendo que no primeiro o cidadão recusa-se a trabalhar dado o nível de remuneração disponível. (SERRA, 1984).

Keynes afirma:

“recusa ou incapacidade de determinada unidade de mão de obra em aceitar uma remuneração equivalente à sua produtividade marginal, em decorrência da legislação, dos costumes sociais, de um entendimento para contrato coletivo de trabalho, ou, ainda, da lentidão em adaptar-se às mudanças ou, simplesmente, em consequência da obstinação humana”.

### 2.2.5 DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO

Keynes emprega o conceito de desemprego involuntário quando a procura por emprego e a mão de obra disponível no mercado são maiores que os postos de

trabalhos existentes. Isto ocorre quando há ligeira elevação de preços de bens de consumo . (KEYNES, 1973 p.53).

## 2.3 MENSURAÇÃO DO DESEMPREGO

A mensuração do desemprego no Brasil apresenta dois principais relatórios realizados pelo IBGE. O primeiro relatório é a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) e o segundo é a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Seguiremos apontando as principais características de cada uma destas fontes.

### 2.3.1 PME

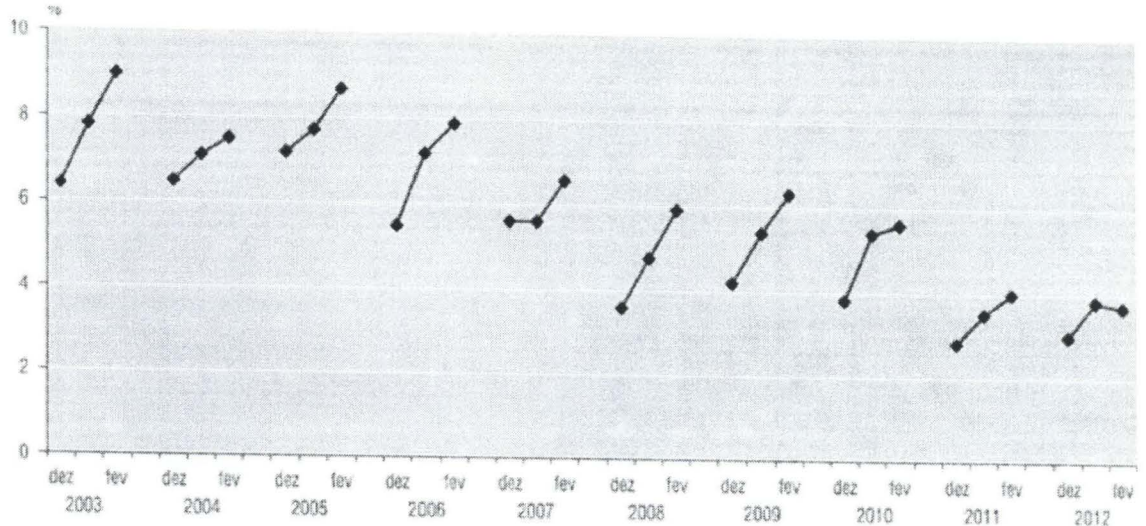
A PME iniciou-se em 1980, abrangendo as regiões metropolitanas das cidades de Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Sua periodicidade é mensal e seu principal objetivo é produzir indicadores sobre a força de trabalho.

Contem informações sobre a condição da atividade, rendimento médio nominal e real , obtenção de carteira assinada e seu resultado são importante instrumento para avaliação do mercado de trabalho, suas flutuações e tendências, além de atender necessidades sobre o planejamento política socioeconômica no país. (IBGE).

Desde sua implementação, houve mudanças metodológicas em sua elaboração. Em 2001, passou por um amplo processo de revisão metodológica visando não só à captação mais abrangente das características de trabalho e das formas de inserção da mão de obra no mercado produtivo, como também à atualização e sua adequação às mais recentes recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT. (IBGE)

A PME na região metropolitana de Curitiba (RMC) em fevereiro de 2012 estimou em 3,7% a taxa de desocupação, indicando 0,1 ponto percentual inferior ao mês anterior . O gráfico um apresenta estes resultados.

Gráfico 1- Taxa de Desemprego na RMC-Dezembro 2002- Fevereiro 2012.



FONTE: IPARDES/IBGE- Pesquisa Mensal de Emprego.

NOTA: Período de Referência para procura de trabalho: 30 dias.

Percebemos que desde 2003 até início de 2012, a taxa de desemprego na região metropolitana de Curitiba vem apresentando taxas decrescentes. Isto indica que os postos de trabalho estão sendo preenchidos neste período analisado.

Outro dado importante a ser considerado ao analisar emprego e desemprego, refere-se população em Idade ativa (PIA) e a população economicamente ativa (PEA) em determinada região

.Segundo dados do IPARDES, com base nos dados da pesquisa mensal de emprego feita pelo IBGE, entre os meses de dezembro de 2010 e fevereiro de 2012 na região metropolitana de Curitiba, a população em idade ativa (PIA) manteve sua estimativa praticamente estável entre 2.693 a 2.714. Já a População Economicamente Ativa (PEA) apresentou tendência de estabilidade comparando com os meses anteriores e foi contabilizada em 1.625 mil. A taxa de desocupação e a taxa de atividade (relação entre as pessoas economicamente ativas e as pessoas em idade ativa) não apresentaram variações consideráveis em suas proporções.

A análise destes dados indica que a taxa de desemprego esta diminuindo neste período – 2003 a 2012- porem a população em idade ativa e a população economicamente ativa não apresentam indícios de grandes variações. As taxas de desocupação e de ocupação permaneceram praticamente constantes, o que

demonstram o fato de que os postos de trabalhos estarem sendo ocupados e o nível de desemprego ainda verificado apresentar características de desemprego friccional, pois a insuficiente qualificação dos trabalhadores para os postos de trabalho ou a má alocação dos recursos em determinados segmentos são os principais fatores causadores para as taxas de desempregos no mercado brasileiro.

TABELA 1-Estimativas da População em Idade Ativa e Indicadores na RMC-  
Dezembro 2002-Fevereiro 2012.

População em Idade Ativa (1.000 pessoas)						Indicadores	
Período	Total	População Economicamente Ativa			População Não Economicamente Ativa	Taxa de Desocupação (%)	Taxa de Atividade (%)
		Total	População Ocupada	Pop. Desocupada e procurando trabalho (30 dias)			
Dezembro 2010	2 693	1 589	1 544	45	1 104	2,8	59
Janeiro 2011	2 702	1 591	1 535	55	1 111	3,5	58,9
Fevereiro 2011	2 695	1 589	1 525	64	1 105	4	59
Dezembro 2011	2 731	1 663	1 613	50	1 068	3	60,9
Janeiro 2012	2 726	1 640	1 578	62	1 085	3,8	60,2
Fevereiro 2012	2 714	1 625	1 564	61	1 089	3,7	59,9

FONTE: IPARDES/IBGE- Pesquisa Mensal de Emprego.

### 2.3.2 PNAD

A PNAD disponibiliza informações sobre as características demográficas e socioeconômicas da população como: sexo, idade, trabalho, rendimento e educação, produzindo informações que permitem investigar os indicadores de trabalho e rendimento no país.

Conforme indica Martine, a ideia inicial desta pesquisa era: "criar um sistema relativamente fácil de manter, que investigasse algumas dezenas de milhares de domicílios de cada vez, permitindo, a níveis agregado, um acompanhamento sistemático do quadro socioeconômico do País".

A geração de informações contínuas sobre emprego e renda constitui o principal estímulo à criação e manutenção da PNAD. É legítimo afirmar que, até meados da década de 70, a PNAD, com todas as suas limitações, constituía

praticamente a única fonte confiável, abrangente e contínua de dados sobre esse tema.

Nos próximos anos, o IBGE implementará a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), que integrará a PNAD e PME. A PNAD Contínua continuará tendo abrangência nacional e a proposta do IBGE é apresentar resultados trimestrais sobre trabalho e rendimento, e anuais sobre temas estruturais. Entretanto, o tema central continuará sendo trabalho e desemprego e seu caráter estrutural destes temas. (IPEA, 2010).

O conceito sobre pessoas ocupadas ainda será o utilizado atualmente- pessoas de 10 anos ou mais- porém com algumas variações indicadas no quadro abaixo:

Pessoas Desocupadas

PME	PNAD	PNAD Contínua
<p>Pessoas de 10 anos de idade ou mais que durante pelo menos uma hora na semana de referencia trabalharam:</p> <p>1. em emprego remunerado (dinheiro, produtos, mercadorias, benefícios como moradia, alimentação, treinamento e etc.)</p> <p>2. em trabalho independente como:</p> <p>2.1 trabalhador por conta própria ;</p> <p>2.2 empregador;</p> <p>3. trabalho sem remuneração desenvolvido:</p> <p>3.1 em ajuda a membro da unidade domiciliar que era empregado, trabalhador por conta própria ou empregador</p>	<p>Pessoas de 10 anos de idade ou mais que durante pelo menos uma hora na semana de referencia trabalharam:</p> <p>1. em emprego remunerado (dinheiro, produtos, mercadorias, benefícios como moradia, alimentação, treinamento e etc.)</p> <p>2. em trabalho independente como:</p> <p>2.1 trabalhador por conta própria ;</p> <p>2.2 empregador;</p> <p>3. trabalho sem remuneração desenvolvido:</p> <p>3.1 em ajuda a membro da unidade domiciliar que era empregado, trabalhador por conta própria ou empregador</p> <p>3.2 em ajuda a instituição religiosa beneficente ou de cooperativismo</p> <p>3.3 como aprendiz ou estagiário</p> <p>3.4 na produção de bens na agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados exclusivamente à alimentação própria;</p> <p>3.5 na construção para o próprio uso</p>	<p>Pessoas de 14 anos de idade ou mais que durante pelo menos uma hora na semana de referencia trabalharam:</p> <p>1. em emprego remunerado (dinheiro, produtos, mercadorias, benefícios como moradia, alimentação, treinamento e etc.)</p> <p>2. em trabalho independente como:</p> <p>2.1 trabalhador por conta própria ;</p> <p>2.2 empregador;</p> <p>3. trabalho sem remuneração desenvolvido:</p> <p>3.1 em ajuda familiar que era empregada, trabalhador por conta própria ou empregador.</p>

Fonte: IPEA. Elaborado por HYPOLITO, E. B. em nota técnica do IPEA, 2010.

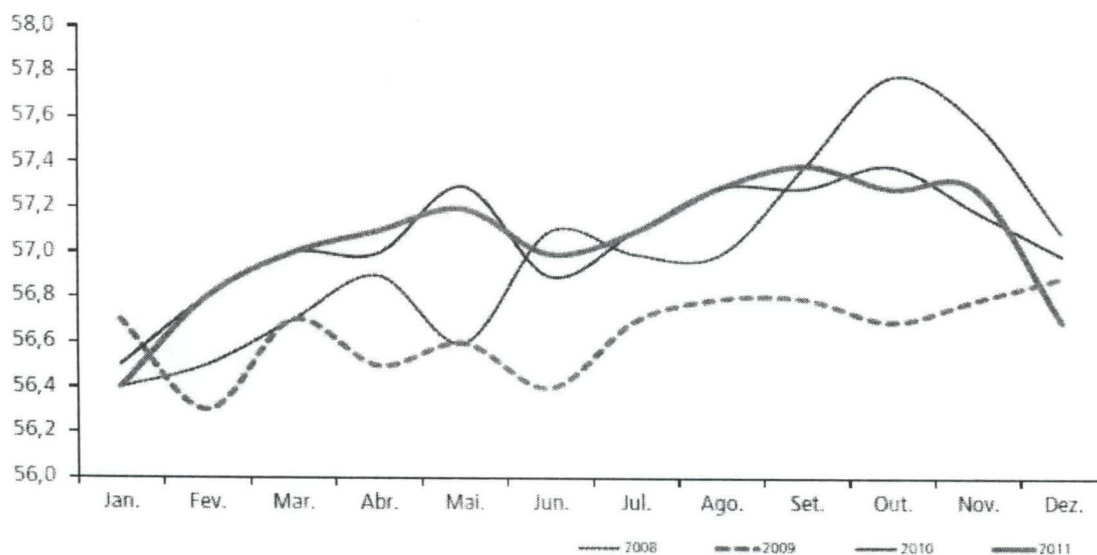
Nesta comparação percebe-se que para a PNAD Continua , a pessoa ocupada é aquela que possui 14 anos no mínimo e que presume o trabalho como sendo remunerado em todas suas hipóteses. Diferentemente da PME e da PNAD, que consideram atividades desenvolvidas voluntariamente e com idade mínima de 10 ANOS.

#### 2.4 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO NA ECONOMIA BRASILEIRA

Ao analisar os dados referentes ao mercado de trabalho metropolitano brasileiro em 2011, podemos perceber um bom desempenho ao longo do ano. Apesar da desaceleração da economia brasileira, ressalta-se o crescimento do nível de emprego e da massa salarial como fatores que contribuem para a continuidade do crescimento econômico.

Com relação ao aumento da taxa de atividade, o gráfico abaixo demonstra sua evolução no período de 2008-2011. Não houve modificações consideráveis entre os anos de 2010-2011, ou seja, em ambos os anos a taxa média foi de 57,1%. Porém, o mês de dezembro de 2011 apresentou tendência de queda (56,7%), que representa diminuição de 0,6 ponto percentual (p.p) em relação ao mês de novembro de 2011, e abaixo da observada para o mesmo período em anos anteriores. (IPEA,2012).

Gráfico 2: Taxa de Atividade  
(Em %)

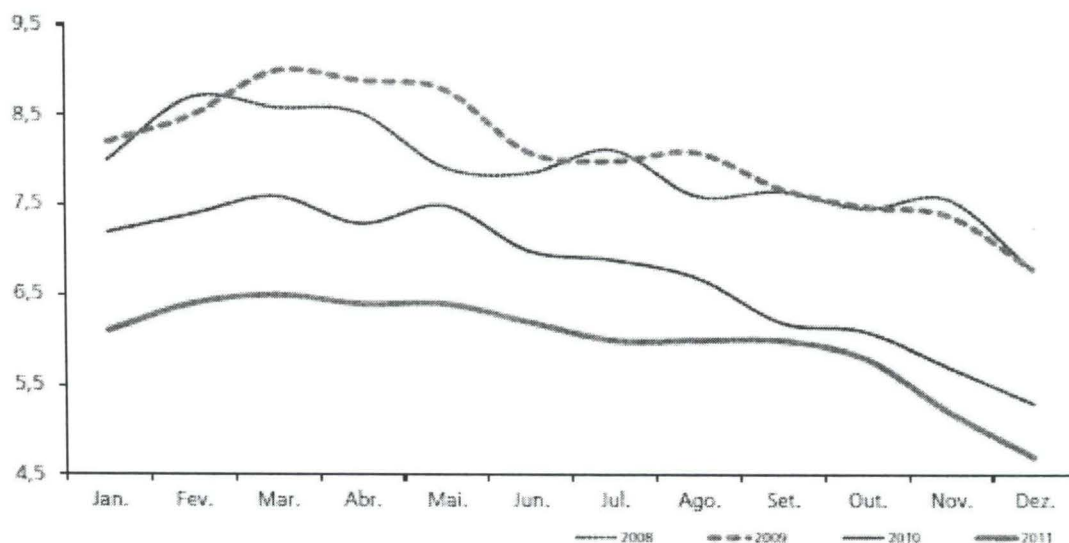


Fonte: PME/IBGE. Extraído de IPEA,2012.

Com relação ao desemprego, o gráfico apresenta a evolução da taxa entre 2008 a 2011 para o agregado entre das seis regiões metropolitanas (RMs) brasileiras. Apesar do desaquecimento da economia no segundo semestre de 2011, a taxa de desemprego continua em ritmo de queda, sendo que em dezembro de 2011 estava perto de 4,5 %, o menor índice verificado em todo o período.

A taxa de desemprego aberta apresentada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), indica que no final de 2011, a taxa de desemprego é a menor computada nos últimos anos (6,8%) e a média em 2011 (7,9%) é a menor entre as verificadas no passado recente. No aspecto regional, a PED também registra que a taxa de desemprego média de 2011 foram menores do que as encontradas em 2010 em todas as regiões metropolitanas pesquisadas. (IPEA,2012)

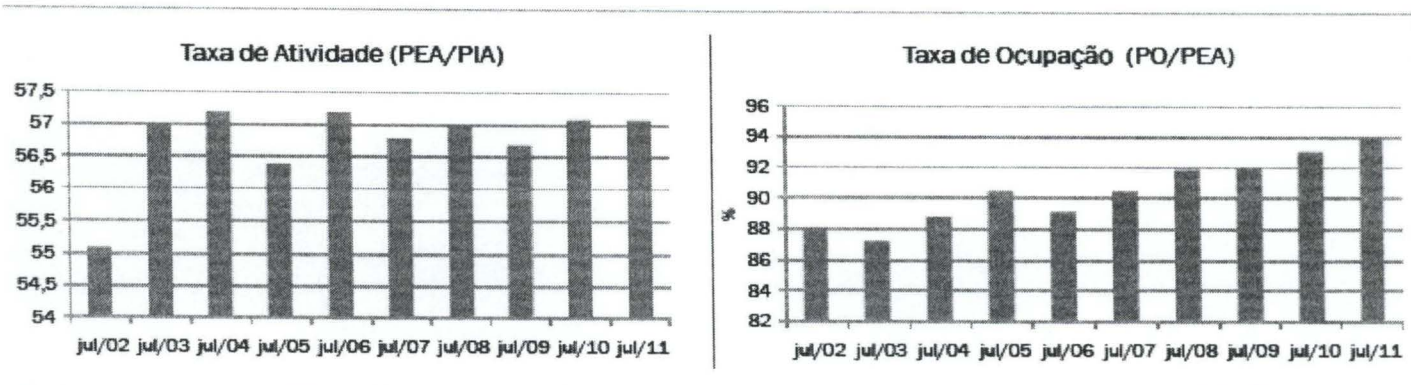
Gráfico 3: Taxa de Desocupação  
(Em %)



Fonte: PME/IBGE. Extraído de IPEA, 2012.

Outra questão a esclarecer, na análise da evolução recente da taxa de desemprego, é a compatibilidade entre uma queda da taxa de desemprego e a queda no crescimento da taxa de ocupação observada nos últimos anos. O gráfico abaixo mostra a taxa da atividade, definida como a relação entre a PEA (População Economicamente Ativa) e a PIA (População em Idade Ativa), manteve-se constante na comparação entre os meses de julho, ou seja, no ano de 2011 observamos um mercado de trabalho ainda bastante dinâmico.

Gráfico 4: Brasil: Taxa de Atividade e de Ocupação (em %).

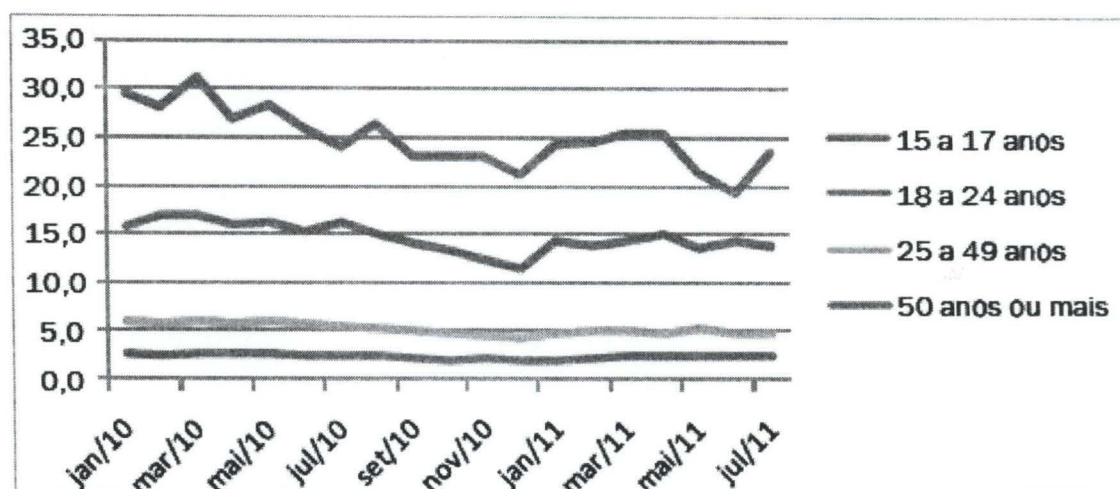


Fonte: PME/IBGE. Elaboração: Grupo de Economia/Fundap.

Outro aspecto interessante, é a disparidade da taxa de desemprego segundo a faixa etária. Um dos motivos plausíveis para que os jovens não ocupem um posto de trabalho é a exigência de experiências ou algum conhecimento prévio comprovado em determinada atividade e geralmente os jovens que estão em busca de sua primeira colocação no mercado de trabalho não possuem estas características.

O gráfico mostra que a taxa de desemprego entre os jovens é consideravelmente mais elevada do que nas demais faixas etárias. No período de janeiro 2010 a julho de 2010, a taxa de desemprego entre jovens de 15 a 17 anos caiu de 23,9 % para 23,4 %, queda esta devida ao aumento da ocupação. Entre os jovens de 18 a 24 anos, o desemprego diminuiu pouco mais de 2 pontos percentuais neste mesmo período (de 16,1 para 13,9%), devido também à elevação na ocupação. Na faixa etária que concentra a maior parcela de ocupados (62,3%), de 25 a 40 anos, ocorreu uma queda do desemprego aberto de 0,8 pontos percentuais, enquanto que na faixa de 50 anos ou mais, ocorreu um pequeno aumento no mesmo período, de 0,1 ponto percentual. ( FERREIRA, 2011).

Gráfico 5 :Brasil: Taxa de Desocupação (em %), por faixa de Idade. PME/IBGE.



Fonte: PME/IBGE. Elaboração: Grupo de Economia/Fundap.

Com relação ao nível de escolaridade e a taxa da PIA, observamos que em 2009, a região Sul é a que apresenta menor índice de trabalhadores sem nenhum grau de instrução (6,1 %) e a região sudeste apresenta o maior índice de trabalhadores com grau de instrução superior completo (estados como São Paulo e Rio de Janeiro apresentam as taxa de 11 % e 10,7 % respectivamente).

Entretanto, os maiores índices de distribuição da PIA, encontram-se nos níveis de ensino fundamental incompleto e ensino médio completo, demonstrando a fragilidade do nível de escolaridade da população em idade ativa que compõe o mercado de trabalho atual brasileiro.

As regiões Sul e Sudeste apresentam os melhores índices de escolaridade da população em idade ativa, sendo que quase 10 % desta apresenta nível superior completo. Reflete-se o fato destas regiões receberem inicialmente as primeiras universidades/institutos de educação superior do país.

Porem, o cenário de escolaridade da PIA ainda esta aquém dos níveis exigidos na maioria dos postos de trabalhos atuais. A escolaridade ainda encontra-se com poucos anos de estudos, o que reforça o argumento de que a qualificação do trabalhador brasileiro ainda necessita de incentivos e investimentos para seu aperfeiçoamento.

**Tabela 2:** Distribuição da População em Idade Ativa (PIA) segundo escolaridade. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2009 (em %).

<b>Brasil , Grandes Regiões e Unidades da Federação</b>	<b>Sem instrução</b>	<b>Fundamental Incompleto</b>	<b>Fundamental Completo</b>	<b>Medio Incompleto</b>	<b>Medio Completo</b>	<b>Superior Incompleto</b>	<b>Superior Completo</b>	<b>Total</b>
<b>Sudeste</b>	<b>6,6</b>	<b>38,0</b>	<b>10,0</b>	<b>6,9</b>	<b>24,2</b>	<b>4,4</b>	<b>9,9</b>	100
Espirito Santo	9,3	41,2	9,9	6,5	22	3,5	7,6	100
Minas Gerais	8,5	44,6	9,3	7	19,7	3,6	7,3	100
Rio de Janeiro	5,9	36,8	10,6	6,6	24,3	5,1	10,7	100
São Paulo	5,7	35,1	10,1	6,9	26,5	4,7	11	100
<b>Sul</b>	<b>6,1</b>	<b>41,7</b>	<b>10,9</b>	<b>6,9</b>	<b>20,5</b>	<b>5</b>	<b>9,9</b>	100
Paraná	7,8	39,5	10,7	7,1	20,7	4,4	9,8	100
Rio Grande do Sul	5	45,3	10,5	7	19,2	5,3	7,7	100
Santa Catarina	5,4	39,1	11,8	6,4	22,3	5,5	9,5	100
<b>Centro Oeste</b>	<b>8,5</b>	<b>40,1</b>	<b>8,8</b>	<b>8,1</b>	<b>20,9</b>	<b>4,7</b>	<b>8,9</b>	100
Distrito Federal	3,7	31	8,1	7,5	25,6	6,8	17,2	100
Goiás	9,1	42	9	8,1	21	4,1	6,6	100
Mato Grosso	10,3	41,2	8,3	9,4	19,1	4,3	7,5	100
Mato Grosso do Sul	9,8	44	9,3	6,8	17,9	4,4	7,7	100
<b>Brasil</b>	<b>9,7</b>	<b>41</b>	<b>9,2</b>	<b>7</b>	<b>21,4</b>	<b>4</b>	<b>7,7</b>	100

Fonte: IBGE, PNAD.

Elaboração : DIEESE.

Obs: a) Exclui pessoas com escolaridade não determinada.

b) Consideradas pessoas com 10 anos ou mais.

Estes dados indicam que a maioria da força de trabalho no país possui poucos anos de estudo, ou seja, apresentando apenas o ensino fundamental incompleto (41 %) e o ensino médio completo (21,4 %), reforçando o caráter pouco qualificado dos trabalhadores brasileiros.

### 3. INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO

Um sistema nacional de educação é um dos investimentos de longo prazo que mais influencia o desenvolvimento de uma nação, pois é ele que garante a criação de uma massa crítica nacional, reforçando os valores da cidadania consciente e, conseqüentemente, a capacidade de intervenção responsável do indivíduo e da coletividade na busca do desenvolvimento sociocultural, econômico e da sustentabilidade ambiental.

O sistema de educação determina também a relação que surge entre o cidadão e o governo, dando espaço a um debate à volta das questões políticas numa busca comum pelas soluções dos problemas que o País enfrenta ou, pelo contrário, conduzindo para uma situação em que o cidadão se mantém silencioso perante o seu Governo, nutrindo frustração e revolta.

Falar, por isso, de um sistema nacional de educação é falar também de poder ou da ausência do mesmo, em particular quando o sistema educativo não responde à sua função essencial que é a de aumentar a capacidade de intervenção dos seus cidadãos. Esta capacidade só poderá ser potenciada se o sistema educativo aumentar o conhecimento na sociedade aumentar a capacidade de compreensão e reflexão dos cidadãos, o reforço de valores de cidadania, e a criação de uma cultura que promove a competência, e a utilização do saber e da sabedoria no seio da sociedade. (Brouwer ET al., 2010.)

A mensuração dos impactos do investimento feito em educação é difícil de serem analisados, pois além de influenciar diretamente as condições de vida daqueles que buscam educação e conhecimento, geram externalidades positivas e aumento do bem estar para suas famílias. Pela ótica do setor privado, o cidadão que detém conhecimento aumenta a produtividade, eleva sua expectativa de vida e utiliza os recursos financeiros de forma mais eficiente, diminuindo assim o grau de pobreza no futuro. (IPEA, 1998).

O questionamento sobre o financiamento e gestão dos recursos destinados a educação tem assumido papel essencial, pois a partir deste podemos realizar uma análise sobre a realidade sócio econômica e cultural no país.

Os investimentos em educação e saúde são únicos serviços público onde esta previsto uma definição dos recursos.

Em 1934, quando a população era constituída em 75% no campo e 25% nas cidades, foi estabelecido o primeiro percentual sobre as inversões na educação: 10% dos impostos da União para a manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), 20% dos Estados e 10% dos municípios. (MONLEVADE, 2011).

Segundo o autor José Marcelino Rua Pinto, o golpe militar na década de 1960, cortou a maioria dos programas de educação no país além de perseguir e exilar os formuladores, pesquisadores e dirigentes e desvincular constitucionalmente os recursos destinados à educação. (PINTO, 2000).

Na década de 1980, retorna a vinculação com a emenda Calmon, após a luta do senador João Calmon em seus dois mandatos como parlamentar, fixando em 13% dos impostos da União, 25% dos Estados e 25% dos Municípios. Em 1988, a Constituição impôs um aumento no percentual da União de 13% para 18% mantendo os outros percentuais, que permanecem o mesmo atualmente.

Além dos recursos garantidos constitucionalmente, a Educação possui ainda o Salário Educação, criado em 1964 com o percentual de 14% sobre a folha de pagamento das empresas particulares, públicas e de economia mista, destinado ao ensino primário de quatro anos. Em 1972, com a ampliação do ensino obrigatório para até oito anos, a alíquota elevou-se para 2,5% sobre o total das folhas de pagamento das empresas. Estes recursos são regulamentados conforme a Lei 9424/96, artigo 15. (MONLEVADE, 2011).

O Salário Educação foi modificado em 2003, com a Lei 10.832/03, dispondo que a cota municipal e Estadual será creditada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação respectivamente e mensalmente em favor das Secretarias de Educação.

Conforme dados da tabela abaixo, podemos perceber o histórico da última década (2000-2010) do investimento público total em educação em valores nominais: No período analisado, os investimentos em educação tiveram aumento considerável em todos os níveis de ensino, sendo que os anos iniciais de ensino foram os que apresentaram a maior volume em investimento (na educação básica o aumento foi de 22,5 %, e entre o 1º e 4º ano series iniciais o aumento foi de 20,5%) No ensino superior a variação foi de 49,6 %.

Tabela 3 – Histórico do Investimento Público Direto em Educação por Estudante. Valores nominais.  
Brasil 2000-2010.

Investimento Público Direto por Estudante (R\$ 1,00)							
Nível de Ensino							
Ano	Todos os Níveis de Ensino	Educação Básica	Educação Infantil	De 1ª a 4ª series ou anos iniciais	De 5ª a 8ª series ou anos finais	Ensino Medio	Ensino Superior
2000	970	808	924	794	811	770	8.927
2001	1.082	902	898	845	951	944	9.500
2002	1.214	1.005	952	1.111	1.032	747	10.135
2003	1.329	1.116	1.197	1.176	1.117	938	9.760
2004	1.513	1.284	1.372	1.359	1.374	939	10.573
2005	1.700	1.440	1.373	1.607	1.530	1.004	11.363
2006	2.042	1.773	1.533	1.825	2.004	1.417	11.820
2007	2.467	2.163	1.954	2.274	2.369	1.735	13.089
2008	2.995	2.632	2.206	2.761	2.946	2.122	14.763
2009	3.381	2.972	2.276	3.204	3.342	2.336	15.582
2010	4.087	3.580	2.942	3.859	3.905	2.960	17.972

Fonte: INEP/MEC, 2012.

Apresentamos as principais fontes de investimentos para a Educação no país. Não abordamos a discussão sobre o percentual- *ex post* ou *ex ante*- do PIB em que deveria ser aplicado para a educação, pois esta apresenta inúmeros argumentos entre os estudiosos. Desta forma, iremos abordar as políticas públicas utilizadas na ultima década pelo governo para o desenvolvimento e evolução nos índices da educação e ensino no país.

### 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

O ano de 2007 foi marcado por algumas mudanças nas políticas públicas quanto ao sistema educacional brasileiro. Foi apresentado o Plano de Desenvolvimento da Educação(PDE), a promulgação do Decreto nº. 6.094, dispondo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. O PDE foi na verdade uma junção de todos os programas em desenvolvimento pelo MEC (Saviani, 2007).

Entretanto, mudanças educacionais estavam ocorrendo no Brasil desde meados da década de 1990 e dos anos 2000. Alterações que se ajustaram as mudanças econômicas e sociais ao na qual o país atravessava. Exemplo destas foi à criação nos anos 1990 da Lei 9.394/96, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério(FUNDEF) e a Reforma da Educação Profissional pelo decreto 2.208/97.

Outro aspecto importante foi a participação das entidades privadas no contexto do Ensino. A sociedade civil foi chamada a colaborar diretamente na oferta de serviços educacionais , dando a oportunidade de diminuição de responsabilidade do Estado. Ganharam relevância as entidades filantrópicas ou de caráter assistencial e de prestação de serviço e verificou-se aumento do interesse do capital privado , que tomou o controle dos atendimentos educacionais. A diminuição do setor público e a debilitação do corpo técnico e todas suas secretarias e escolas, abriram espaço para que as entidades privadas treinassem novos profissionais , produzirem material didático e atuar no planejamento e coordenação das orientações pedagógicas.

Neste cenário, o rumo das políticas publica educacionais foram alterando como medida compensatória e estratégias focalizadas para os grupos de extrema pobreza.A lógica seguida para estas políticas esta fundamentada em seu caráter compensatório , formulados a partir do reordenamento econômico que origina o desemprego estrutural e as novas formulações ideológicas como o empreendedorismo . A subalternidade das propostas de educação para a população- especialmente a classe adulta e trabalhadora- evidencia o caráter seletivo e excludente do sistema público educacional do país. (RUMMERT ET al. 2007).

Abordaremos nos próximos itens os principais programas na área de Educação desenvolvidos pelo poder publico nas ultimas décadas.

### 3.1.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Constituição Brasileira de 1988 reconheceu o direito de todos à educação, ao afirmar o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, independentemente da idade. Entretanto, nos anos de 1990, a LDB 9.394/96, o

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e a reforma da Educação Profissional, por meio do Decreto 2.208/97, redefiniram os rumos da política educacional, o que significou expressivo retrocesso no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Fundo apresenta-se como um mecanismo de captação dos recursos vinculados à educação de cada unidade federada para um único fundo contábil, que será redistribuído entre as esferas estaduais e municipais, proporcionalmente às matrículas registradas no ensino fundamental regular nas respectivas redes de ensino.

No artigo 38º da LDB 9.394/96, o termo empregado para o ensino a adultos continua sendo “ cursos e exames supletivos”, o que expressa a ideia de ‘suplência de correção de fluxo escolar e de compensação” nas palavras de Rummert. Com a aprovação deste dispositivo, o ensino de jovens e adultos passou a concorrer pelos recursos públicos não utilizados pelo FUNDEF com a educação infantil em âmbito municipal e com o ensino médio em âmbito estadual. Porém estes dois níveis de ensino são deficitárias e a expansão do financiamento da educação básica de jovens e adultos continua apresentando dificuldades. (HADDAD,2007).

Desta forma, constatamos que os três níveis de governo , sejam sozinhos ou em cooperação, não estão conseguindo cumprir com o direito de universalização do ensino fundamental para os maiores de 15 anos.

Assim, o autor ainda afirma, que os programas municipais voltadas ao ensino e alfabetização de adultos atendem apenas uma parte da demanda real. A conquista pelo direito ao ensino foi garantido pela Constituição de 1988, e que este processo ocorrido nas décadas de 1980 e 1990 , foi marcado pela forte presença da sociedade civil e a pressão por mais participação na gestão pública. Por meio de encontro de pressões municipais, fóruns estaduais e encontros nacionais resultou em novas formas de pensar e planejar a EJA.

O processo de municipalização das responsabilidades pelos primeiros anos de ensino fundamental vem sendo crescente, mas os recursos necessários não acompanham proporcionalmente esta demanda.

### 3.1.2 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

O Programa Brasil Alfabetizado foi implementado em Janeiro de 2003 pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tem por finalidade erradicar o analfabetismo no país. O Programa é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, 90% localiza-se na região Nordeste.

Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa, por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal.(site MEC, 2012)

O objetivo do programa não é só a alfabetização mais também a inclusão social de pessoas analfabetas.O programa conta com a participação do governo federal, empresas privadas, IES, ONGs, associações e outras organizações de sociedade civil que são consideradas parceiras no processo.

Desde sua implementação, o Programa passou por ajustes em sua estrutura. Assim, mesmo considerando estes ajustes, o formato do Programa permite que continuem a serem destinados recursos públicos a instituições privadas, o que implica, coerentemente com as teses de redução da presença direta do Estado na área social, à ausência de compromisso com a consolidação da EJA nos sistemas públicos de ensino. Além disso, desvincula as ações de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos, posto não haver políticas públicas que assegurem articulação efetiva entre a fase de mobilização – representada pela alfabetização – e a de continuidade, a qual deveria assegurar o acesso universal dos jovens e adultos ao Ensino Fundamental e Médio na modalidade da EJA. (VENTURA ET all,2007).

#### 4. QUALIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

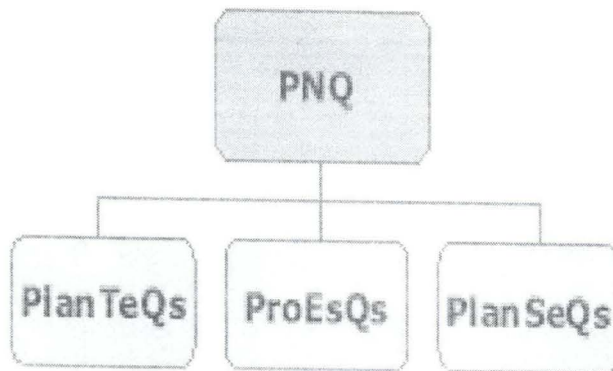
No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MET), a política pública de qualificação desenvolvida pelo governo tem promovido paulatinamente nas últimas décadas, a universalização do direito dos trabalhadores a qualificação profissional, como forma de contribuir para aumento de probabilidade de obter emprego, geração de trabalho e oportunidade de renda, inclusão social, redução pobreza e diminuição da vulnerabilidade das populações. (MTE, 2012)

Neste sentido, o governo desenvolveu o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). O Plano Nacional de Qualificação compõe o tripé da política de Seguro Desemprego que ainda conta com o benefício de seguro desemprego- assistência financeira temporária aos trabalhadores dispensados sem justa causa- e com a intermediação de mão de obra cujo objetivo é a recolocação do trabalhador no mercado de trabalho de forma ágil e não onerosas, reduzindo tempo de espera para os trabalhadores e para os empregadores.

A fonte de recursos para o financiamento das políticas de Seguro Desemprego advém do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), fundo esse especial, de natureza contábil-financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. O FAT por sua vez, é composto pelas contribuições para o programa de Integração Social-PIS- e para o PASEP.

As ações para a qualificação profissional são implementadas através dos Planos Territoriais de Qualificação (que conta com a parceria dos estados, municípios e entidades sem fins lucrativos), de Projetos Especiais de Qualificação (parceria com organizações não governamentais e entidades de movimento social), e de Planos Setoriais de Qualificação (parceria com sindicatos, empresas, governos municipais e estaduais).

O Objetivo dos Planos Territoriais é atender demandas por qualificação identificadas com base na territorialidade. Já os Projetos Especiais destinam-se ao desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional e os Planos Setoriais buscam o atendimento de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação. Juntos, os Planos Territoriais, os Projetos Especiais e os Planos Setoriais constituem o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). O Organograma do Plano de Qualificação Profissional contaria ainda com o Plan TeQs, Plan EsQs e o Plan SeQs:



O Plan TeQs representa o certificado padrão de cursos técnicos promovidos com a entidade parceira ( Órgão ou Entidade Conveniente) em convenio com o Ministério do Trabalho, por meio do PNQ, financiado pelo Fundo de Amparo do Trabalhador- FAT.

O ProEsQs refere-se as metodologias, projetos, currículos e tecnologias desenvolvidas e são de caráter publico. Os produtos desenvolvidos no âmbito do ProEsQs são desenvolvidos em parceria com as instituições parceiras do MET ( governos estaduais, municipais, entidades não governamentais, empresas, sindicatos e etc.) e são financiados com os recursos do FAT.Os principais produtos desenvolvidos pelo ProEsQs referem-se a:

- Manual de Orientação Metodológica
- Planos de Desenvolvimento Local Sustentável
- Cartilhas
- Livros
- Plano de Desenvolvimento em Assentamentos

O Plan SeQs apresenta-se como cursos de capacitação profissional e desenvolvimento de metodologias oferecidos por instituições parceiros ( empresas, organizações não governamentais, organizações sem fins lucrativos, órgão estadual e municipal, sindicatos e etc.) ao Ministério do Emprego , e utiliza os recursos do FAT para o desenvolvimento de suas atividades.

O PlanSeQ iniciou-se em 2007, pois foi instituído apenas em 2004, pela Resolução nº 408, do CODEFAT. Estes são um instrumento complementar aos PlanTeQ, orientado ao atendimento de demandas emergenciais, identificadas a partir de iniciativas governamentais, sindicais, empresariais ou sociais, cujo

atendimento não tenha sido passível de antecipação pelo planejamento dos entes federativos ou municipalidades conveniadas ao PNQ. (PNQ, 2003-2007).

Na figura abaixo temos o montante de educandos inscritos nos programas do Plano Nacional de Qualificação no ano de 2010. Podemos perceber que a região sudeste é a que apresenta o maior numero de participantes em números absolutos, sendo o estado do rio de Janeiro o local com maior numero de inscritos . A região nordeste aparece a seguir , com mais de 49.000 inscritos, sendo a Bahia o estado com elevada taxa de participação nos programas, seguido das regiões Centro-oeste, Sul e por fim a região Norte, com baixa incidência de inscritos no período.

**Tabela 3:** Número de educando inscritos nos cursos do PNQ Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2010 ( em nº absoluto)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Nº de inscritos	% sobre o Brasil		Nº de inscritos	% sobre o Brasil
<b>Norte</b>	8.490	4,7	<b>Sudeste</b>	<b>90.605</b>	<b>49,9</b>
Acre	381	0,2	Espirito Santo	1.384	0,8
Amapá	429	0,2	Minas Gerais	13.119	7,2
Amazonas	1.810	1	Rio de Janeiro	46.413	25,5
Pará	3.459	1,9	São Paulo	29.689	16,3
Rondonia	804	0,4	<b>Sul</b>	<b>14.321</b>	<b>7,9</b>
Roraima	454	0,2	Paraná	2.265	1,2
Tocantins	1.153	0,6	Rio Grande do Sul	5.680	3,1
<b>Nordeste</b>	<b>49.058</b>	<b>27</b>	Santa Catarina	6.376	3,5
Alagoas	2.434	1,3	<b>Centro Oeste</b>	<b>19.241</b>	<b>10,6</b>
Bahia	15.036	8,3	Distrito Federal	6.899	3,8
Ceará	1.989	1,1	Goiás	6.588	3,6
Maranhão	2.715	1,5	Mato Grosso	4.014	2,2
Paraíba	1.874	1	Mato Grosso do Sul	1.740	1
Pernambuco	6.902	3,8			
Piauí	11.975	6,6			
Rio Grande do Norte	5.352	2,9			
Sergipe	781	0,4	<b>Brasil</b>	<b>181.715</b>	<b>100</b>

Fonte: MTE/Sigae. Base de Gestão da Qualificação. Elaboração: DIEESE.

Obs.: a) O universo considerado foi o de turmas iniciadas em 2010; b) Data de acesso: 22/08/2011.

Nesta próxima tabela, podemos analisar a evolução dos inscritos nos cursos do PNQ dividido entre os seus eixos de atuação- Plan SeQ, Plan TeQ e Plan EsQ- entre 2003 -2010. Percebemos que o PlanTeQ foi o programa iniciado primeiramente pelo Ministério do Trabalho, atingindo todas as regiões do país no de 2003. Entre os anos de 2005 -2006, foi o período onde ocorreram os maiores

números de participantes do PNQ e a região sudeste foi a que apresentou evolução de 12 % nos números de inscritos entre os anos de 2005-2006.

**Tabela 4:** Evolução do número de educandos inscritos nos cursos do PNQ, por tipo de plano . Brasil e Grandes Regiões 2003-2010 ( em nº absolutos)

Brasil e Grandes Regiões	Plano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Norte	PlanSeQ	-	-	-	-	3.222	846	2.213	1.533
	PlanTeQ	6.177	12.642	9.825	9.169	7.663	10.673	5.990	6.957
	ProEsQ	-	14	90	-	-	-	-	-
Nordeste	PlanSeQ	-	-	-	80	3.394	4.589	19.132	19.578
	PlanTeQ	37.201	53.787	47.306	60.674	26.223	19.023	17.928	21.955
	ProEsQ	133	104	223	-	-	-	-	-
Sudeste	PlanSeQ	-	-	-	5.532	5.751	9.853	38.102	68.650
	PlanTeQ	30.864	46.593	47.434	60.674	26.223	19.023	17.928	21.955
	ProEsQ	326	53	494	-	-	-	-	-
Sul	PlanSeQ	-	-	-	97	4.041	1.027	6.233	9.172
	PlanTeQ	7.551	20.914	19.782	19.422	9.255	14.112	5.207	5.149
	ProEsQ	-	15	126	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	PlanSeQ	-	-	-	-	150	205	4.943	15.002
	PlanTeQ	5.984	10.875	11.262	11.988	5.864	9.843	2.540	4.239
	ProEsQ	40	29	126	-	-	-	-	-
BRASIL	PlanSeQ	-	-	-	5.709	16.558	16.529	70.619	113.935
	PlanTeQ	87.777	144.811	135.609	152.178	76.564	85.575	44.455	67.780
	ProEsQ	499	215	1.059	-	-	-	-	-

Fonte: MTE/Sigae. Base de Gestão da Qualificação. Elaboração: DIEESE.

Obs.: a) O universo considerado foi o de turmas iniciadas a cada ano, b) data de acesso: 22/08/2011. c) O ProEsQ tem como objetivo o desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional, sendo os cursos realizados de forma amostral como validação da metodologia desenvolvida.

Em 2008 as ações de qualificação social e profissional de trabalhadores alcançaram maior efetividade com a Resolução Nº. 575, de 28 de abril de 2008, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, que estabeleceu diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (que financia as ações do PNQ) aos estados, municípios e entidades sem fins lucrativos, para a execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ.

As bases para esta política de qualificação dos trabalhadores aborda as concepções descritas nos tópicos abaixo.

#### 4.1 QUALIFICAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Uma política pública de qualificação dos trabalhadores deve ser entendida como uma construção social, contrariamente aquelas que se fundamentam em conhecimentos estritamente individuais e somente uma exigência de determinado posto de trabalho.

Através de debate político, reflexões e pesquisas acadêmicas pode-se perceber que o conceito de construção social é complexo pois envolve múltiplas dimensões como : a epistemológica, a social e a pedagógica.

A Epistemológica realça o papel do trabalho na construção do conhecimento, não apenas técnico mas também social.

A dimensão social e política evidencia os processos e mecanismos desenvolvidos nos processos produtivos- e todas as suas relações conflituosas- que produzem e apropriam os conhecimentos aos trabalhadores.

A dimensão pedagógica refere-se aos processos formais ou informais pelos quais os trabalhadores constroem, transmitem e acessam os conhecimentos.

Assim, a qualificação profissional apresenta-se como uma complexa construção social, incluindo dimensões pedagógicas e não apenas como um processo de caráter exclusivamente técnico. Quanto mais associada a uma visão educativa , que a entenda como direito de cidadania, mais irá contribuir para a democratização das relações de trabalhos e para desenvolver um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento. (MTE, 2012).

#### 4.2 QUALIFICAÇÃO COMO DIREITO E POLÍTICA

Em vista as discussões internacionais no âmbito da OIT (Organização Internacional do Trabalho), entende-se como requisito a Qualificação Social e Profissional o direito e garantia o trabalho decente a homens e mulheres. A Qualificação Social e Profissional pode ser definida como aquela que permite a inserção e com o exercício de cidadania , trazendo efeitos para a vida e o trabalho das pessoas.

Desta forma, a política de Qualificação Profissional devem contribuir para promover gradativamente a universalização do direito aos trabalhadores a

qualificação além de promover a integração entre políticas e das ações governamentais de qualificação social e profissional no país.

Nas últimas décadas, a qualificação profissional ganhou novos significados no país. Em parte pela introdução de novas tecnologias e novas técnicas dos processos produtivos, e por outro lado, pelo crescimento do desemprego e a heterogeneização das formas de trabalho desenvolvidos a partir dos anos 90.

Soma-se a isto, o processo de mudanças político-social que teve como marco a Constituição de 1988 e a instituição de uma nova Lei de Diretrizes Bases- LDB, resultando em uma reforma do ensino técnico-profissional e a constituição de uma política pública de trabalho, renda e qualificação.

Entre os principais desafios desta nova Política de Qualificação encontra-se o envolvimento da gestão participativa nos espaços públicos e controle social, principalmente das comissões estaduais e municipais do trabalho. Além deste, temos ainda a integração da Política de Qualificação com as demais Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda e com as áreas de educação e desenvolvimento:

A integração com as Políticas Públicas de Trabalho visa reconhecer a qualificação profissional como uma construção social, como algo que vai além da dimensão pedagógica, e de favorecer efetivamente a construção de um sistema público de trabalho, emprego e renda no País;

A integração da qualificação profissional com as Políticas Públicas de Educação tem como propósito contrapor-se à separação entre educação básica (fundamental, média e de jovens e adultos) e formação profissional;

Quanto à integração da Política Pública de Qualificação com as Políticas Públicas de Desenvolvimento, objetiva-se contribuir para uma real superação da sua condição de política eminentemente compensatória. Os Planos Territoriais e os Projetos Especiais devem ser capazes de, sob o novo PPA, ajustar-se às diretrizes, respectivamente das políticas nacional, regional, estadual, mesorregional e local de desenvolvimento, ao mesmo tempo atuando como um fator de impulsionamento dessas.

O nexó entre trabalho, educação e desenvolvimento, no âmbito das Políticas Públicas de Qualificação, pressupõe a promoção de atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um

valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável; a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento. Possibilita com tudo isso a melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população. ( site MET; 2012).

## 5. CONJUNTURA HISTÓRICA DO SISTEMA S

No Brasil, a discussão sobre educação e qualificação profissional inicia-se na década de 1930, no período conhecido como A Era Vargas, quando houve significativas mudanças no país com o desenvolvimento industrial. A transição da economia agrícola brasileira, com base no trabalho extensivo e caracterizada por longas jornadas diárias de trabalho com pouca tecnologia, exigia a existência de novos processos educativos para acompanhar o desenvolvimento industrial.

Foi no governo de Getúlio Vargas e com o decreto-lei nº 4.048 de 20/01/1942, que surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), instituição que proporcionou uma base estrutural para dar força ao novo grupo emergente, o grupo dos empresários ligados à indústria. (CAMARGOS, 2011).

Nesta mesma década, vieram os Decretos-Lei nº 4.073, de 30/01/1942, e o Decreto-Lei nº 6.041, de 28/02/1943, que instituíram as Leis Orgânicas do Ensino Indústria e Lei Orgânica do Ensino Comercial respectivamente. Em conjunto estas normas definiram que ao SENAI e ao SENAC caberia a operacionalização do Ensino Industrial e Comercial, e ao Ministério da Educação e da Saúde, a Supervisão, prevalecendo, entretanto, a concepção definida pelos industriários. (NUNES et al, 2009).

Com o Decreto Lei nº 9.403, de 25/06/1946, originou-se o Serviço Social da indústria- SESI, tendo seu regime aprovado pelo Decreto nº 57.375/1965.e sua participação ativa no setor industrial. Enquanto o SENAI foi instituído para atuar nos processos de aprendizagem, o SESI surgiu para atuar na assistência social, ainda que estas englobassem ações educativas. (NUNES et al, 2009).

As ações das entidades do Sistema Indústria se complementam. Graças à sinergia entre o Serviço Social da Indústria (SESI), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Instituto Edivaldo Lodi (IEL), tem sido possível colaborar de forma efetiva para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Responsável pela implementação de atividades de excelência em formação profissional, inovação tecnológica, responsabilidade social, capacitação empresarial e inserção internacional, o Sistema Indústria conta com uma rede de escolas, laboratórios e centros tecnológicos espalhados por todo o território nacional. (site SESI, acesso em 17.07.2012).

Na próxima sessão abordaremos as principais características das instituições já mencionadas que compõem o sistema S, bem como os seus objetivos e finalidades dispostas em seus regulamentos/regimentos.

## 5.1 SENAI- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Criado em 1942, por iniciativa do empresariado do setor industrial, o SENAI é o maior complexo de educação tecnológica e profissional da América Latina. A cada ano, são mais de 2,3 milhões de trabalhadores brasileiros qualificados pela instituição. Também apoia empresas em 28 áreas industriais, por meio da formação e qualificação de recursos humanos e da prestação de serviços técnicos, como consultoria e assistência ao setor produtivo, laboratoriais, pesquisa avançada e informação tecnológica. (site SENAI, 2012).

De acordo com o Decreto Lei nº 4.048 de 22/01/1942, o SENAI como entidade nacional, possui a seguinte finalidade original:

*Art. 1º Fica criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos industriários.*

*Art. 2º Compete ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos industriários organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários.*

*Parágrafo Único: Deverão as escolas de aprendizagem, que se organizarem, ministrar ensino de continuação e de aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem.*

Sua atuação e funcionamento são disciplinados pelo Decreto Federal nº 494 de 10/01/1962, que aprova seu Regimento, cujo art. 1º esclarece os objetivos:

- a) *Realizar, em escolas instaladas e mantidas pela Instituição, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem industrial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob sua jurisdição, nos termos de dispositivo constitucional e da legislação ordinária.*

- b) *Assistir os empregadores na elaboração e execução de programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação, e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego.*
- c) *Proporcionar aos trabalhadores maiores de 18 anos, a oportunidade de completar, em cursos de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho*
- d) *Conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento e a pessoal de direção e a empregados de excepcional valor das empresas contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio SENAI*
- e) *cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas.*

*Art. 2º O SENAI funcionará como órgão consultivo do Governo Federal em assuntos relacionados com a formação de trabalhadores na indústria e atividades semelhantes.*

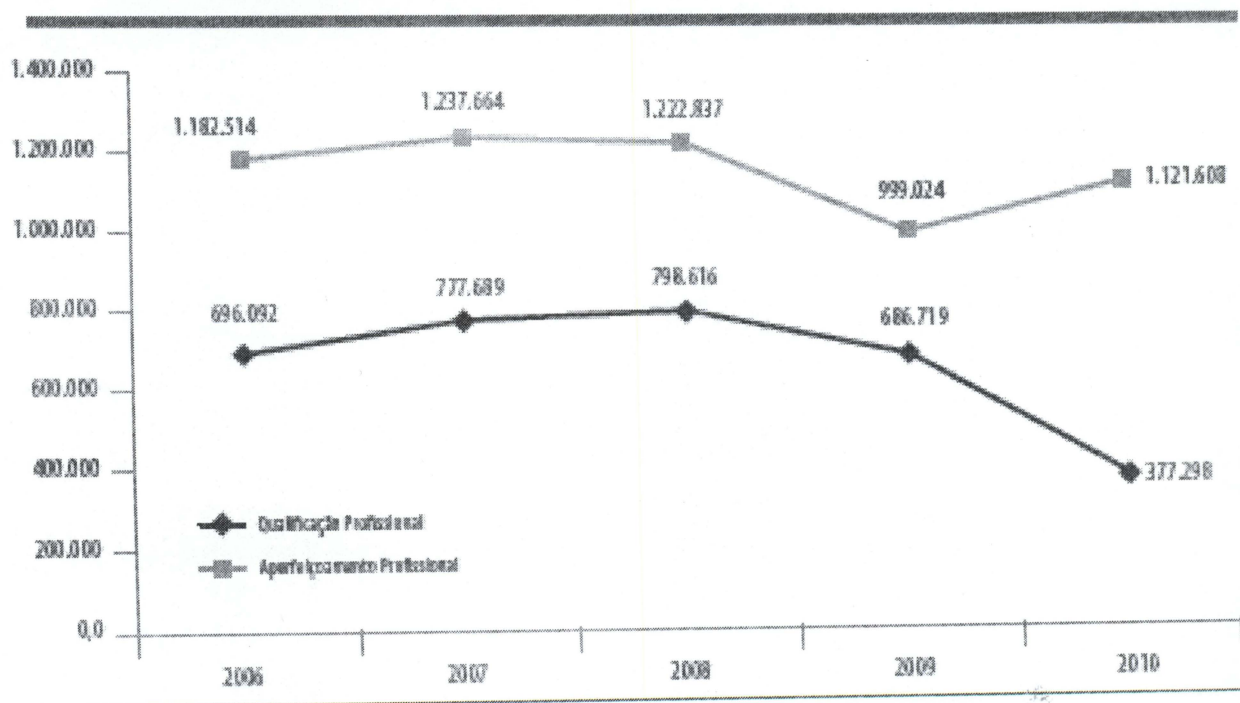
O SENAI conta com 797 unidades operacionais, que atendem a 28 áreas indústrias por todo o país. Destas unidades, 471 são fixas, ou seja, são instalações onde são ministrados os cursos e programas de diferentes modalidades e desenvolvidos serviços técnicos e tecnológicos, mantidas pelos Departamentos Regionais e Nacional da instituição. Outras 326 são móveis, unidades de educação profissional que levam atendimento a regiões mais distante dos centros produtores do país. Podem ser carretas, veículos e barcos , equipados para oferecer programas de capacitação e qualificação profissional. ( site SENAI, 2012). ]

O SENAI possui ainda parcerias internacionais firmadas com 29 países e 1 organismo internacional. O crescimento das ações do SENAI no exterior tem chamado a atenção de grandes empresas brasileiras com operações na América Latina e na África. Em 2010, a instituição recebeu demandas para realização de capacitação profissional no exterior de empresas que atuam no setor de mineração e construção civil, como a Vale e a Queiroz Galvão. Novos acordos e projetos internacionais foram firmados com instituições da América do Norte e Europa para a transferência de novos conhecimentos e tecnologias. Essas iniciativas visam fortalecer a aquisição de competências em temas inovadores nas áreas de metal mecânica, têxtil, energia, alimentos, tecnologia da informação e design estratégico com foco em inovação. (Relatório Anual SENAI, 2010).

O desempenho da educação profissional correspondente à ação direta- ação desenvolvida pelas empresas sob a supervisão do SENAI- mais os termos de cooperação –ação desenvolvida pelas empresas sob a supervisão do SENAI- alcançou 2.362.312 matrículas ao longo de seus 68 anos de historia. Os cursos de qualificação profissional básica, em grande parte voltado para o publico desempregado e para trabalhadores que precisam de reprofissionalização, foram responsáveis pela capacitação de 377.298 pessoas em 2010. (Relatório Anual SENAI, 2010).

Nos gráficos abaixo, percebemos a evolução das matrículas em qualificação profissional e aperfeiçoamento profissional entre 2006 -2010. Podemos perceber que houve ligeira queda nos cursos de qualificação profissional e , entre 2009-2010, um aumento os inscritos em cursos na modalidade de aperfeiçoamento profissional.

Gráfico 4: Evolução das matrículas por modalidade 2006-2010.

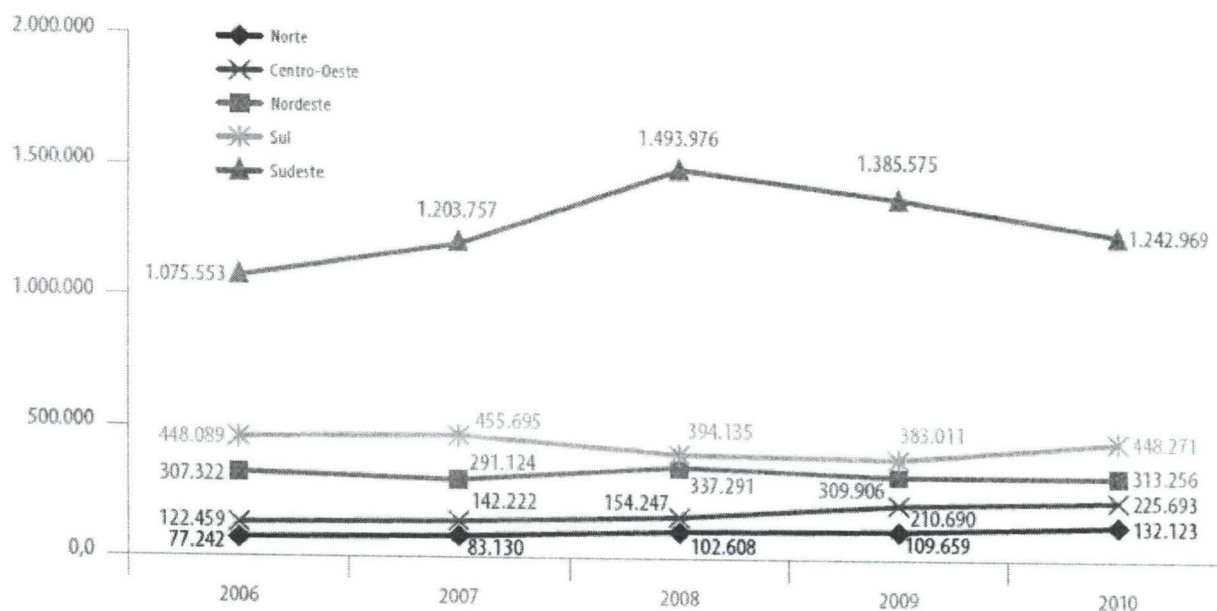


Fonte: Relatório Anual 2010 SENAI, Brasília.2011.

Ainda com relação a este período, temos que a região sudeste é a que apresenta maior evolução de volume de matrículas, seguida pela região sul e

nordeste. Entre 2006-2010, percebemos um expressivo aumento de matrículas na região centro-oeste, seguida da região norte.

Gráfico 4: Evolução das matrículas por modalidade 2006-2010.



Fonte: Relatório Anual 2010 SENAI, Brasília.2011.

## 5.2 SESI- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

No dia 1º de julho de 1946, nasceu efetivamente o SESI, uma entidade de direito privado, mantida e administrada pela indústria. Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do industrial e seus dependentes, suas atividades sempre incluíram a prestação de serviços em saúde, educação, lazer, cultura, nutrição e promoção da cidadania.

Inicialmente classificadas como Delegacias Regionais, os Departamentos Regionais do SESI nos estados brasileiros foram surgindo gradualmente. Ao longo dos anos, cada região foi se destacando em áreas específicas. Hoje, no entanto, todos os Departamentos do SESI nos 26 estados e no Distrito Federal são percebidos pelos empresários locais como parceiros para o desenvolvimento social de suas indústrias e de seus funcionários. (site SESI, acesso em 17.07.2012)

Pelo Decreto Lei nº 9.403/1946, houve sua criação com a seguinte finalidade:

*Art. 1º Fica atribuído à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar o Serviço Nacional da Indústria (SESI), com a finalidade de estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes.*

A organização do SESI é similar à do SENAI, incluindo os Conselhos Nacional e Regionais, diferenciando-se pelo fato de que seu Presidente é designado pelo Presidente da República. Similares também são as atribuições do Conselho Nacional do SESI em emitir as diretrizes gerais para os demais órgãos que compõem esta Entidade, inclusive nas relações de questões financeiras.

A diferença entre SENAI e SESI, é que o primeiro tem como objetivo organizar e administrar em todo o país, escolas de aprendizagem para os industriários, segundo art. 2º do Decreto –Lei nº 4.048 de 1942, com a atribuição de capacitar e propiciar instrução aos trabalhadores da indústria. O SESI foi criado com a função de auxílio social nas áreas da saúde, habitação, instrução, trabalho, economia, recreação, convivência social e política e etc. (NUNES et all, 2009).

### 5.3 SENAC- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

O SENAC foi criado em 10 de janeiro de 1946 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por meio do decreto-lei nº 8.621. A partir do ano seguinte, o SENAC passou a desenvolver um trabalho inovador no país: oferecer em larga escala, educação profissional destinada à formação e a preparação de trabalhadores para o comércio. Na mesma data de origem, também foi promulgada o decreto-lei de 8.622, que dispõe sobre a atuação da Instituição na aprendizagem comercial. (site SENAC, acesso em 19.07.2012).

Na década de 1940, o SENAC promoveu o ensino a distância através de cursos pela Universidade do Ar. Outra inovação na área educacional, foi a criação das empresas pedagógicas (empresas escolas), como os hotéis-escola e os restaurantes-escola, principalmente a partir da década de 1960. O diferencial destas empresas e a possibilidade de os alunos vivenciarem o trabalho em ambiente próprio.

O artigo primeiro, do decreto –lei de sua criação, deixa claro a sua finalidade:

*Art. 1 Fica atribuído a Confederação Nacional o encargo de organizar, administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial.*

*Parágrafo único As escolas de aprendizagem comercial manterão também cursos de continuação ou práticos de especialização para os empregados adultos do comércio, não sujeitos a aprendizagem.*

O SENAC é uma instituição que promove e incentiva ações sociais e inclusivas. Além dos programas nacionais Programa SENAC de Acessibilidade, Senac Móvel, Aprendizagem Comercial e Soldado Cidadão, os Departamentos Regionais desenvolvem programas diversos, por iniciativa própria ou em parceria, que propiciam melhor qualidade de vida à população. Por meio de ações gratuitas ou subsidiadas, o Senac oferece uma vasta programação que compreende oficinas, cursos, eventos e atendimentos diversos, todos voltados para comunidades de norte a sul do país, em especial as que são excluídas social e economicamente.

Na tabela abaixo, temos o número de matrícula efetuadas no ano de 2010 distribuídas de acordo com os tipos de cursos (Aprendizagem, Capacitação, Aperfeiçoamento, Programas sócio-profissionais, programas- socioculturais e programas instrumentais). Podemos perceber que os estados no norte e nordeste estão os que mais participam dos programas oferecidos pela instituição – como os estados de Sergipe, Pernambuco, Piauí e Amazonas- onde os índices de participação estão perto de 100 %.

Tabela 5 Distribuição de matrícula concluída por modalidades de educação profissional e tipos- SENAC 2010.

DR	Formação Inicial e Continuada												Sub-Total	%
	Aprendiza- gem	%	Capacitação	%	Aperfeiço- amento	%	Programas Socio- Profissionais	%	Progra- mas Sociocu- lturais	%	Programas Instrumentais	%		
AC	285	6,4	1.408	31,6	1.012	22,7	274	6,1	94	2,1	1.118	25,1	4.191	94
AL	461	3,5	4.843	36,8	3.492	26,5	923	7	325	2,5	2.791	21,2	12.835	97,5
AM	619	4	2.460	15,7	5.419	34,6	1.734	11,1	467	3	4.823	30,8	15.522	99,1
AP	192	3	1.137	17,9	1.360	21,4	1.068	16,8	1.068	16,8	1.249	19,7	6.074	95,8
BA	1.630	2,9	7.556	13,2	15.380	26,9	15.490	27,1	2.598	4,6	14.097	24,7	56.751	99,4
CE	469	1,5	7.515	24,5	8.613	28,1	6.210	20,3	2.321	7,6	5.295	17,3	30.433	99,3
DF	1.041	9,1	2.766	24,2	3.012	26,3	391	3,4	812	7,1	2.298	20,1	10.320	90,1
ES	1.369	8,2	2.650	15,8	4.617	27,6	3.787	22,6	509	3	3.236	19,3	16.168	96,5
GO	1.503	6	2.205	8,8	6.485	25,8	2.943	11,7	893	3,5	4.916	19,5	18.945	75,3
MA	672	3,3	5.672	27,8	5.551	27,2	1.373	6,7	1.515	7,4	5.476	26,8	20.259	99,2
MG	3.558	4,1	10.745	12,5	11.035	12,8	30.844	35,8	7.954	9,2	7.408	8,6	71.544	83,1
MS	1.127	13,6	1.812	21,9	1.654	20	2.304	27,8	200	2,4	806	9,7	7.903	95,4
MT	614	3,5	4.080	23,6	7.329	42,3	1.573	9,1	512	3	1.170	6,8	15.278	88,2
PA	1.085	4,7	2.708	11,8	6.701	29,2	3.655	15,9	3.109	13,5	5.572	24,3	22.830	99,4
PB	498	3,2	4.629	30	4.859	31,5	1.630	10,6	787	5,1	2.919	18,9	15.322	99,4
PE	1.663	4,1	6.989	17,1	13.636	33,3	4.662	11,4	1.128	2,8	11.007	26,9	39.085	95,4
PI	391	1,9	2.662	12,9	5.361	26	1.986	9,6	2.060	10	8.106	39,3	20.566	99,7
PR	1.757	1,9	9.607	10,6	32.314	35,6	19.455	21,4	19.004	20,9	6.845	7,5	88.982	97,9
RJ	1.749	3,3	12.047	23	5.218	10	14.234	27,2	315	0,6	5.670	10,8	59.233	75
RN	1.095	4	7.156	26,2	4.073	14,9	1.850	6,8	2.408	8,8	10.186	37,3	26.768	98
RO	243	1,7	1.530	10,7	2.795	19,6	4.159	29,1	1.181	8,3	3.897	27,3	13.805	98,6
RR	219	4,7	1.314	28,3	1.913	41,1	401	8,6	129	2,8	607	13,1	4.583	98,6
RS	5.478	9	13.251	21,7	17.719	29,1	3.561	5,8	4.101	6,7	15.630	25,6	59.750	98
SC	959	3,8	3.241	12,7	11.746	46,2	1.161	4,6	1.354	5,3	3.180	12,5	21.641	85
SE	333	1,8	5.899	31,2	4.817	25,5	4.179	22,1	357	1,9	3.154	16,7	18.739	99,2
SP	9.490	4,6	43.152	20,7	90.642	43,6	7.171	3,4	2.824	1,4	23.822	11,5	177.101	85,1
TO	170	2	1.666	20	1.978	23,8	1.119	13,4	261	3,1	3.095	37,2	8.289	99
Total	38.670	4,2	170.710	18,5	278.241	30,2	138.137	15	58.286	6,3	158.373	17,1	842.917	91,2

Fonte Relatório Geral de 2010- SENAC.

Além da programação voltada para a educação profissional, que inclui projetos de inclusão digital e geração de trabalho e renda, destacam-se serviços oferecidos na área de Saúde (realização de exames laboratoriais,

verificação de pressão arterial, dosagem de glicose e de colesterol, entre outros) e de Moda & Beleza (serviços de corte de cabelo, manicure, tratamento facial e outros). ( site SENAC, acesso em 20.07.12).

## 6. CONCLUSÃO

De acordo com a pesquisa exposta, podemos concluir que o principal fator para o desemprego é a falta de qualificação dos trabalhadores. Os postos de trabalhos atuais requerem qualificações e aperfeiçoamento e a mão de obra existente não possui estes requisitos.

A estrutura educacional do país não consegue desempenhar a função básica garantida pela Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 6º “ São direitos sociais a educação (...) na forma desta Constituição”. E no artigo 205 afirma-se que “ A educação, direitos de todos e dever do Estado e da família” e ainda no artigo 206 especifica-se que “ O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios : [...]IV gratuidade do ensino publico nos estabelecimentos oficiais.”. Desta forma, à todos os cidadãos brasileiros, é garantido o direito à educação gratuita e de qualidade e esta deve ser fornecida pelo Estado e pela família.

Entretanto, a realidade brasileira ainda encontra-se distante do que nos está previsto na Constituição. A falta de professores qualificados, de estrutura física adequada nas instituições – de todos os níveis de ensino- e a falta de investimento no setor de Educação demonstram a em que o país se encontra.

Segundo Nelson Cardoso Amaral, em seu estudo sobre o financiamento da educação no Brasil, para analisar a importância que um país dá ao setor educacional, precisa-se analisar 3 fatores: total de recursos aplicados em educação como percentual do PIB; riqueza do país, expressa pelo valor de seu PI; e a quantidade de pessoas em idade educacional. Ainda segundo sua pesquisa, em 2010, o Brasil aplicou 4,0% do PIB/PPP em educação enquanto países como Áustria, Noruega e Estados Unidos apresentaram, respectivamente, índices de 5,4, 7,2 e 5,3 neste mesmo ano.

O reflexo da falta de investimento em todos os sentidos, para a área educacional, é encontrado no nível de desemprego. O mercado de trabalho continua cada ano mais exigente em relação ao nível de instrução médio. Desta forma, surge o conceito de subemprego, ou do trabalho não compatível com o nível de escolaridade do trabalhador.

A qualificação profissional e social é vista como uma das soluções para o desemprego, porém esta deve ter como pressuposto o reconhecimento de que seu

lócus de interseção é de pelo menos três campos: o da Produção (trabalho), o do Estado (políticas públicas e cidadania) e o da Educação (ações educativas).

Além disto, a qualificação profissional deve estar ligada a uma pauta mais ampla, ligada ao desenvolvimento social e econômico, à inclusão social e a democratização das relações de trabalho, pois os fenômenos do desemprego e da qualificação não devem ser vistos apenas do ponto de vista escolar. Isto implica em reformulação – de forma articulada – dos sistemas de Relação de Trabalho, dos sistemas públicos de emprego e dos sistemas de Educação. (LOPES, 2005).

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, N.C. **O novo PNE e o financiamento da Educação no Brasil: os recursos como percentual do PIB**. CEDES, Unicamp, Campinas 2011.

BROUWER,R; BRITO, L ; MENETE, Z. **Educação, Formação Profissional e Poder**. Desafios para Moçambique 2010.

CAMARGOS, F.P. **Conjuntura Histórica da Fundação do SENAI e Educação Profissional no Brasil**. Iniciação Científica, Curitiba. nº 3, 2011.

DEDECA, C.S; ROSANDISKI, E, N. **Recuperação Econômica e a Geração de Empregos Formais**. Revista Parcerias Estratégicas,nº 22; Rio de Janeiro, junho de 2006.

FERREIRA, A. N. **A evolução no mercado de trabalho em 2011**. Boletim de Economia 7, setembro de 2011. Grupo de Economia Fundap- Unicamp.

HADDAD, S. **A ação dos governos locais na educação de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, nº 35, maio/agosto 2007, São Paulo.

HADDAD, S. **A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFITEA VI**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, nº 41 maio/agosto 2009, São Paulo.

HADDAD, S. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Instituto nacional de Pesquisas e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 2008.

IPEA, **Comunicados do IPEA nº 135: Considerações sobre o pleno emprego no Brasil**, 16 de fevereiro de 2012.

IPEA, **Comunicados do IPEA nº 144: Trajetória da população de baixa renda no mercado de trabalho metropolitano brasileiro**. 27 de setembro de 2011.

IPEA, **Comunicado da Presidência: Demanda e Perfil dos Trabalhadores Formais no Brasil em 2007**. Brasília, novembro de 2007.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

LIMA, A. A.B; LOPES, F.A.M. **Diálogo Social e Qualificação Profissional: experiências e propostas**. Coleção Qualificação Profissional- TEM, Brasília, 2005.

LOPES, G.G.F.C. **A industrialização do Paraná e a educação profissional: um estudo do sistema SENAI/SESI (1970-1990)**. Dissertação Mestrado UEL, Londrina, 2010.

LUCENA, C.A. **A Teoria do Capital Humano : História, Trabalho e Capacitação dos trabalhadores**. Universidade Federal de Uberlândia.

MARCELINO, J.R.P. **Os recursos para a Educação no Brasil no Contexto das finanças públicas**. 1º Ed, 2000. Brasília.

MONLEVADE, J.A.C. **Percentual de Recursos públicos para educação: compromisso irrevogável do PIB**. *Jornal de políticas Educacionais*, nº 9. Janeiro-junho de 2011.

NUNES, E. et Al. **Dilemas da política Regulatória para a Educação Superior no Brasil: o caso do Sistema S**. Observatório Universitário Data Brasil, Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, L.C.B. **Da Macroeconomia Clássica à Keynesiana**. São Paulo, Ec-Macrol-L, 1968.

POSCHAMANN, M. **Educação e Trabalho: Como desenvolver uma relação virtuosa?** . *Educ. Soc. Campinas*, vol. 25, n. 87, maio/agosto 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, acesso em 23.07.2012.

ROURA, J. R.C. ET all. **Política Econômica. Objetivos e Instrumentos**. 2 ed. Madri: McGraw Hill, 2003.

RUMMERT, S.M; VENTURA, J.P. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re) construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola**. *Educar*, Curitiba, n. 29. Editora UFPR, 2007.

SENAC, **Relatório Anual de 2010**. . Brasília, 2011.

SENAI, **Relatório Anual de 2010**. Brasília, 2011.

SERRA, J. **A crise Econômica e o Flagelo do Desemprego**. Revista de Econômica Política, vol. 4 , nº 4, outubro-dezembro de 1984.

RATI, R. and T. W. Schultz "**Life Span, Savings, and Productivity.**" **Economic Development and Cultural Change** 27, no.3 (April 1979):394-421

SCHULTZ, T. **Population and Development**, 1987

SINGER, P. **Globalização e Desemprego. Diagnóstico e Alternativas**. 2 ed. São Paulo. Contexto, 1999.